

News Paper

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Editorial reflete sobre
conjuntura econômica

Página 2

Comércio Exterior é
tema do Espaço Livre

Páginas 3 e 4

Evento gráfico teve
público recorde

Página 11

Coluna Two Sides
fala de embalagens

Página 12

Números do mercado
de papel de imprimir
e escrever até abril

Páginas 13 e 14

Importações de cuchê e
MWC cresceram no ano

Página 15

Papel imune e os desafios do setor

A imunidade tributária aplicada ao papel quando destinado à produção de livros, jornais e periódicos segue no centro da agenda do setor, que aguarda posições da Secretaria da Fazenda de São Paulo e da Receita Federal. Enquanto isso, por decisões judiciais, os editores estão liberados de cumprir as obrigações acessórias, ao mesmo tempo em que os fornecedores de papel continuam expostos a autuações, ainda que sigam o rigor da legislação e das normas. Os desafios do setor foram pauta de reunião com Conselho da FecomercioSP.

Páginas 5 a 10

EXPEDIENTE

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos

(11) 3044-2214 - www.andipa.org.br
comunicacao@andipa.org.br
andipa@andipa.org.br

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Staff

Edna Souza

Conteúdo Editorial e Diagramação
Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosângela Valente (Mtb 121/MS)

Andando de lado

Metade do ano se foi e a tão esperada recuperação da atividade econômica segue uma incógnita no horizonte. Tanto os indicadores, que estão sendo divulgados, como as ações, as notícias e os ruídos gerados pelo governo têm feito aumentar o grau de incerteza, atrapalhando a economia real. Questões domésticas, como a demora na aprovação da reforma da Previdência, além de outras reformas necessárias para que a economia fosse turbinada, somadas a um cenário externo desfavorável, com a economia mundial crescendo menos, diminuem a confiança e impactam negativamente a atividade econômica.

Embora já se esperasse um fraco desempenho da economia brasileira nos três primeiros meses do ano, a queda de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre em relação ao último período de 2018, acendeu o sinal vermelho. O indicador de atividade do Banco Central encolheu 0,62% no trimestre na mesma base de comparação. De acordo com o IBGE, as vendas do comércio recuaram 0,6% em abril em relação a março. No ano até aqui, o varejo está quase parado, acumulando modesta alta de 0,6%. As vendas estão 7,3% abaixo do pico, registrado em outubro de 2014. O setor de serviços também teve um mês fraco, com alta de 0,3% sobre março. No ano, o crescimento é de apenas 0,6%. O primeiro trimestre já havia sido negativo em menos 0,68%.

O número de inadimplentes é recorde no Brasil, segundo a Serasa Experian. Em abril, 63 milhões de pessoas físicas estavam com dívidas atrasadas. Já entre as micro e pequenas empresas os dados de março apontam 5,3 milhões com débitos vencidos, o maior nível desde 2016, quando a empresa de análise de informações de crédito iniciou a série histórica. Pelo levantamento, o setor de serviços foi o que viu mais empresas se tornando inadimplentes, com uma alta de 11,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Na sequência, a indústria registrou aumento de 3,2% e o comércio de 2,8% no número de devedores.

Na verdade, pior do que a inadimplência crescente e as vendas decrescentes são a alta do desempre-

go (já são mais de 13 milhões de brasileiros desempregados) e a falta de perspectivas de mudanças substanciais imediatas. A saída continua sendo a votação da reforma da Previdência, que tramita aos solavancos no Congresso Nacional. Já se sabe que as medidas devem gerar uma economia aquém da prevista para o país, mas ainda assim a aprovação de novas regras para as aposentadorias e para os benefícios previdenciários é essencial, seja para o equilíbrio das contas públicas ou para elevar o nível de confiança de investidores e empresários na economia brasileira.

Para as empresas do setor de papel, o cenário nacional é um agravante no mercado já combalido pela falta de segurança jurídica. Seguimos lutando pelo aperfeiçoamento das regras do Recopi e pela isonomia na cobrança de PIS e COFINS, condições hoje essenciais para preservar a atividade de distribuição de papel e garantir o abastecimento da indústria gráfica e editorial. Seja no setor ou na macroeconomia, a insegurança é inimiga do desenvolvimento e do crescimento.

Definitivamente, é preciso deixar os conflitos desnecessários para trás e avançar com medidas concretas, ainda que a solução não seja a ideal ou mais favorável. A reforma da Previdência e outras que também são importantes, como a tributária, precisam sair da pauta, serem aprovadas e implantadas. Assim como, as mudanças capazes de dar segurança jurídica às operações devem ser implementadas, em especial àquelas com papel imune destinado à produção editorial.

É certo que esse desfecho demanda ainda algum tempo. Portanto, não se pode cruzar os braços e esperar pelas reformas. Tanto no setor de papel quanto no governo, precisamos atuar com competência, profissionalismo e uma boa dose de criatividade para superarmos mais este período de agruras.

Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor



Arquivo

‘Comércio internacional é uma via de duas mãos’

A afirmação é do especialista em comércio exterior Rubens Torres Medrano, que gentilmente concedeu entrevista ao NewsPaper. Rubens Medrano é vice-presidente da FecomercioSP - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo e presidente do Conselho de Relações Internacionais. É também coordenador da Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CBCEX), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), representante do Sesc-SP - Serviço Social do Comércio, junto ao conselho nacional, e ainda presidente do SINCOQUIM - Sindicato do Comércio Atacadista, Importador e Exportador de Produtos Químicos e Petroquímicos no Estado de São Paulo e da ASSOCIQUIM - Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Químicos e Petroquímicos.

Como o senhor avalia o cenário político-econômico brasileiro, diante da conjuntura do comércio internacional?

R: O Brasil, nas últimas décadas, não deu a devida importância ao comércio internacional. Ficamos ausentes das mais importantes negociações internacionais e somente recentemente voltamos a atribuir o devido valor ao tema. Este fato, aliado a queda do consumo interno, acabou impactando negativamente a economia brasileira.

Os fatos nos mostram que os países, principalmente os Asiáticos, que desenvolveram os seus negócios internacionais foram os que apresentaram melhor performance e crescimento expressivo no seu PIB, além de baixos índices de desemprego.

O comércio exterior ganha destaque nos períodos de recessão interna como via de escoar a produção nacional. Assim como a exportação, a importação é essencial para alguns segmentos e é fortemente impactada nos períodos de instabilidade. Como equilibrar os dois lados da balança comercial?

R: O comércio internacional é uma via de duas mãos. As exportações têm a sua contrapartida nas importações. Esta é a fórmula correta para aumentar a nossa corrente de comércio, onde ocupamos a 27ª posição no ranking, abaixo de outros países de menor economia, comparada ao Brasil que é a 8ª economia do mundo.

Quanto à decisão de procurarmos o mercado externo somente nas épocas de recessão interna, considero um erro estratégico que o empresário possa cometer, pois as transações comerciais são de longo e não de curto prazo. Por vezes, encontramos maiores dificuldades na recuperação de antigas posições, do que na abertura de novos mercados.

Imposto, licenças e outras restrições às importações mostram que o Brasil é protecionista em suas relações comerciais? Qual o impacto no comércio externo?

R: O Brasil vinha adotando políticas altamente protecionistas, mas recentemente as autoridades econômicas têm emitido sinais que as mesmas estão sendo reavaliadas e que existem estudos para uma mudança de direção.

O Brasil é signatário do acordo de facilitação de comércio da OMC (Organização Mundial do Comércio) e medidas têm sido adotadas para eliminar as barreiras não tarifárias e os entraves burocráticos que dificultam as atividades de comércio exterior. Com a implantação do portal único, os trâmites de exportações tiveram melhoras substanciais com a simplificação dos procedimentos e a redução do tempo de liberação dos embarques. O módulo de importação está em estágio de implantação e quando finalizado, com certeza, teremos uma simplificação e maior agilidade nas operações de comércio exterior.

■ ■ ■ Entrevista com Rubens Torres Medrano



Passados os primeiros meses de governo, o que mudou e qual a expectativa sobre a política de comércio internacional do Brasil?

R: As expectativas do empresariado com as medidas preconizadas pelas autoridades econômicas no sentido de reativar a economia são auspiciosas e a esperança é que, quando concretizadas e implementadas, venham trazer um grande incentivo e incremento, não somente para o mercado interno, como para o comércio internacional.

Outro fator importante será a conclusão do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Representará um grande avanço, pois será um acordo de grande magnitude que abrirá um leque expressivo de oportunidades comerciais a serem exploradas pelo Brasil e seus parceiros do Mercosul.

No mercado do papel, o Brasil é grande exportador da matéria-prima celulose e, em menor proporção, de alguns tipos de papéis. Ao mesmo tempo, por razões variadas, as empresas brasileiras demandam alguns tipos de papéis de fornecedores estrangeiros. Quais as dificuldades e vantagens desse modelo de mercado diante das atuais

condições econômicas no Brasil e no mundo?

R: Devido a nossa inércia nas negociações de acordos comerciais, perdemos os benefícios gerados pelas cadeias de valores dos países signatários. Somos um país exportador de matérias-primas que não agregam valores e importamos produtos manufaturados de alto valor agregado. Este desbalanceamento gera prejuízos aos consumidores brasileiros que arcam com altos custos e, às vezes, impede o acesso a produtos de alta tecnologia a custos competitivos.

Existem proteções a alguns setores que acabam prejudicando o consumidor brasileiro que arca com as altas tarifas de importações em vigor.

Como a conjuntura atual reflete na rotina das empresas brasileiras e quais os pontos de atenção para os gestores neste momento?

R: O fraco desempenho da economia brasileira nos últimos anos tem ocasionado efeitos nocivos ao empresariado do nosso país. Não há clima para novos investimentos e o empresário tem dedicado maior parte do seu trabalho a administrar o dia a dia dos negócios para manter a sua empresa financeiramente sólida, e na esperança de que os nossos governantes cumpram com os seus deveres e tomem as medidas necessárias para que possamos ter um círculo virtuoso e de prosperidade para os nossos negócios.

Qual o papel das entidades no enfrentamento dos gargalos e no fomento ao desenvolvimento do comércio exterior?

R: As entidades exercem uma função importante na defesa do interesse de seus filiados, sejam nos assuntos normativos que regem as importações e as exportações, bem como na promoção comercial, participando de eventos que abrem perspectivas de novos mercados. Este trabalho, efetuado conjuntamente com as empresas, pode trazer grandes benefícios para o setor.

SEM REGISTROS

Editoras têm que explicar mais para fazer valer sentenças na compra de papel imune

Os editores têm recorrido à Câmara Brasileira do Livro (CBL) para explicar e comprovar aos fornecedores que estão amparados por decisões judiciais para comprar papel imune sem as restrições impostas pelos controles federal e estadual. “Já entendíamos a situação como clara para todo mundo, mas temos tido que prestar mais informações sobre estes processos do que era comum”, confirma a diretora executiva da entidade, Fernanda Gomes Garcia, constatando que as dificuldades para os editores são reflexo da insegurança jurídica das operações para as empresas vendedoras de papel imune.

A diretora reforça que os associados da CBL têm decisões judiciais garantindo o direito de compra do papel imune, independente de qualquer barreira criada pelos sistemas federal – Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) – e estadual – Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune – Recopi Nacional. Apesar de contar com o respaldo da Justiça, na prática, a maioria das editoras mantém cadastros nos sistemas. “Quando o editor encontra alguma barreira para adquirir o papel imune, ele faz uso da decisão que foi obtida pela associação”, afirma a diretora.

Com suporte do departamento jurídico, a entidade fornece declaração de filiação e orienta seus associados para comprovar a situação de exceção junto aos seus fornecedores. “Em alguns casos o associado tem conseguido concluir a compra. Em outros casos, o fornecedor não vende e o associado acaba comprando de outro”, conta Garcia, explicando que a CBL não tem informação de editora que tenha tido problema de abastecimento. “Sempre se resolve, de uma forma ou outra”, conclui.

Para a Andipa, a explicação mais provável para o crescente surgimento de dúvidas e questionamentos é a insegurança jurídica gerada pelos próprios sistemas de controle, em particular o Recopi, no estado de São Paulo. “Fabricantes e distribuidores de papel imune têm sido autuados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) por operações realizadas com empresas que, na data da compra, estavam devidamente habilitadas, inclusive no Recopi que é concedido pela própria Sefaz”, observa o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho.

Há dois anos a Andipa encaminhou à Sefaz uma proposta de aperfeiçoamento do Sistema Recopi, para que as condições de comprovação de regularidade das operações sejam claramente especificadas, de forma que os fornecedores que sigam tais regras estejam resguardados de eventuais futuras irregularidades na destinação do papel imune.

“Ficou claro que as empresas estão inseguras de aceitar a documentação das associadas da CBL e vender o papel imune por conta dessas autuações”, conclui a diretora da CBL, para quem a lógica da fiscalização e do controle está errada. “Não podem ser penalizados os atos anteriores. O desvio de finalidade acontece no ato da impressão”, pondera. Fernanda Garcia enfatiza que a imunidade não é condicionada e, além disso, o editor não é responsável pelo desvio, pois o seu produto é efetivamente imune. Amato considera que o mesmo pode-se dizer dos fornecedores de papel imune.

Histórico

Ainda no ano de 2000, a CBL entrou com a primeira ação judicial contra a imposição de obrigações acessórias para operações com papel imune, argumentando que a exigência do registro especial fere o texto constitucional que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão (Constituição Federal de 1988, art. 150, inc. VI, “d”). Entre as etapas de liminar, sentença, apelação e julgamento final, a ação contra os efeitos do Registro Especial de Papel Imune da Receita Federal obteve decisão favorável e definitiva em 26 de novembro de 2012.

Sem sucesso na negociação para simplificar as complexas regras do Recopi, a CBL também recorreu à Justiça para que suas associadas pudessem continuar comprando papel imune sem restrições. Adotando a mesma linha de argumentação de que o sistema de controle impõe um obstáculo à imunidade criando uma limitação constitucional, a Câmara Brasileira do Livro obteve outra decisão em favor de suas associadas. Conforme a entidade, em sentença de 04 de outubro de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) afastou as exigências do Recopi Nacional.

Vale para os novos associados?

Uma das dúvidas dos fornecedores é quanto à validade das decisões judiciais para as empresas que se associaram depois de ajuizada a ação. Para a diretora, esse é um questionamento jurídico aberto após a decisão do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em 10 de maio de 2017, de que ‘a execução de sentença transitada em julgado em ação coletiva proposta por entidade associativa de caráter civil alcança apenas os filiados na data da propositura da ação’. Ao julgar um caso específico, o STF fixou tese de repercussão geral, com efeitos a outros 3.920 processos sobrestados em outras instâncias, conforme divulgado pelo próprio Tribunal na época.

No entendimento da CBL, a tese recente do STF não se aplica às suas associadas, pois as decisões obtidas pela entidade foram anteriores. Além disso, a diretora assegura que o número de novas filiações nos últimos anos é pequeno. “Não fazemos propaganda das liminares e das sentenças”, afirma.

Fernanda Garcia (foto) ressalta ainda o rigor na avaliação e aprovação de um novo associado. Segundo ela, a Câmara Brasileira do Livro pede e analisa a documentação completa, inclusive o catálogo, da empresa postulante. Além disso, a admissão de um novo associado inclui a explicação detalhada, com a assinatura de um termo, sobre a legislação e utilização do papel imune.

Hoje, a CBL tem em torno de 500 associadas, entre pessoas jurídicas e físicas ligadas ao mercado editorial e livreiro – divididas nas seguintes categorias: editores; livreiros; distribuidores e importadores de livros; e empresas de venda direta de livros.

Fornecedores de papel relatam cautela nas vendas fora dos sistemas de controle, diante do risco potencial de futuros questionamentos por parte do fisco. A Andipa apurou que há diferentes orientações dos departamentos jurídicos das empresas, quanto à segurança das operações. Para dirimir as dúvidas, a Associação Nacional dos Distribuidores aprovou a consulta formal à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo e à Recei-

ta Federal, sobre o entendimento do fisco acerca dos procedimentos para vendas de papel imune a empresas detentoras de decisões judiciais que estão desobrigadas dos registros e controles aos quais os fornecedores estão submetidos.

Foco no negócio

Garantir que suas associadas tenham acesso ao papel imune, conforme prevê a Constituição Federal é um dos serviços prestados pela CBL, que tem uma atuação mais focada no fomento ao mercado do livro e à leitura. A recente revisão da série da pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro mostrou que o faturamento do setor editorial brasileiro encolheu 25% no comparativo entre 2006 e 2018.

Apresentada desde 2006 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), por encomenda da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a pesquisa mos-

tra um crescimento do número de exemplares vendidos no mercado entre 2006 e 2014, de 84 milhões de livros, e a queda acentuada nos últimos 4 anos, voltando a patamares próximos a 2006. O preço médio dos livros no período diminuiu 34%, o que explica a redução do faturamento do setor.

O cenário retratado na pesquisa, de acordo com Garcia, reflete um conjunto de fatores, como a situação econômica brasileira e a crise das grandes redes de livrarias. Apesar de descartar uma recuperação ainda este ano, a executiva diz que a aposta é de uma melhora no mercado editorial brasileiro.

“O desafio é engajar o leitor”, afirma, apontando que novos modelos de comercialização, como os clubes de assinaturas, estão crescendo e ganhando relevância, juntamente com as livrarias especializadas e com os audiolivros.

Dentre suas atividades, a CBL criou um guia de orientação para abrir uma livraria. Também realiza e apoia diversos eventos de promoção do livro e da leitura, como a Bienal Internacional do Livro de São Paulo.



Conselho da FecomercioSP convida atacadistas a expor pleitos do setor

Empresários do mercado atacadista de papel e representantes das entidades do segmento de distribuição atenderam à convocação da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) para reunião exclusiva com o Grupo de Trabalho do Conselho do Comércio Atacadista (CCA), realizada no dia 11 de junho de 2019, na sede da entidade, na capital. O setor atacadista de papel foi o terceiro recebido pelo grupo de trabalho.

Empenhada em construir uma agenda positiva para as empresas e para o país, a Federação adotou como tema de trabalho em 2019 a defesa da desburocratização para melhoria do ambiente de negócios e a simplificação tributária. Em sintonia com essa bandeira, a iniciativa do CCA quer saber quais os principais problemas enfrentados pelos empresários de setores de cada sindicato que o integra, para assim propor e apoiar ações efetivas.

“Todos os meses, na mesma data das reuniões ordinárias, recebemos as empresas de cada setor de representação dos nossos sindicatos para discutir os assuntos que mais interessam no seu dia a dia, com o propósito de ajudar na deliberação de seus pedidos”, afirmou na abertura do encontro, o presidente do Conselho do Comércio Atacadista, Rafik Hussein Saab.

Pauta - Questões tributárias e relacionadas ao controle e à fiscalização do papel imune dominam a agenda do setor de papel e predominaram também na reunião com o GT do CCA. Os associados da Andipa e do Sinapel explicaram a sistemática dos programas federal, através do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) e estadual por meio do Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune – Recopi Nacional.

Um dos mais graves e urgentes problemas do setor é a insegurança jurídica nas operações com papel imune realizadas no amparo dos sistemas de controle oficiais, como relatou Vicente Amato Sobrinho, executivo da Andipa e presidente do Sinapel. “As entidades apoiaram o Recopi visando o combate aos desvios de finalidade do papel imune e a segurança jurídica”, afirmou, acrescentando que fornecedores de papel, sejam fabricantes ou distribuidores, têm sido autuados pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo por vendas realizadas a empresas que, na data da compra, estavam devidamente habilitadas e

tiveram seus registros cassados retroativamente.

Para que os agentes que operam dentro da legalidade fiquem resguardados de eventual desvio de finalidade praticado por um comprador, a Andipa apresentou à Secretaria da Fazenda de São Paulo uma proposta de aperfeiçoamento do Recopi, com regras mais rígidas, detalhadas e claras. A sugestão foi encaminhada há dois anos e conta com o apoio das demais entidades da cadeia produtiva, mas ainda aguarda definição da Secretaria. Neste ponto, o pleito é para que a Federação manifeste-se sobre a proposta, reforçando a cobrança para que o governo do estado se posicione. “Há risco de colapso no setor. Se a regra não for alterada teremos de buscar outros caminhos”, concluiu Amato.

Ainda no tema da imunidade do papel para fins editoriais, o GT foi informado das regras do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) e sobre o pedido para que a Receita Federal disponibilize a relação de empresas inscritas, conforme prevê a legislação em vigor. O setor também expôs seus esforços em outras ações, como a isonomia na cobrança do PIS/COFINS e ampliação do diálogo com os órgãos de fiscalização no Estado e na União.

Também foram tratadas a substituição tributária para alguns tipos de papéis e a necessidade de redução dos impostos e licenças de importação sobre produtos que são matérias-primas, com apenas um ou nenhum fabricante nacional.

Além dos empresários associados à Andipa e ao Sinapel, participaram da reunião a equipe de assessores do Conselho e o consultor jurídico das entidades, Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva, do escritório LBZ Leite de Barros Zanin Advocacia. A partir dos assuntos apresentados pelo setor, o GT fará os encaminhamentos e acompanhamentos de cada assunto, conforme deliberado.

Como tema transversal e de interesse de todos os setores produtivos, os novos rumos da reforma trabalhista, aprovada no final de 2017, constaram na pauta da reunião, na apresentação do assessor jurídico da FecomercioSP, Delano Coimbra. Partindo de uma visão geral da lei em vigor, o especialista deu exemplos em que o novo texto tem beneficiado as empresas e as relações entre o capital e o trabalho. Delano falou também sobre a valorização do acordo coletivo e a abrangência das decisões negociadas pelos sindicatos a toda a categoria, ainda que a contribuição sindical seja voluntária.

Entidades aguardam respostas da Sefaz-SP e da Receita Federal

O setor está na expectativa de posicionamento das autoridades responsáveis sobre dois assuntos que afetam a segurança jurídica das operações com papel imune: o aperfeiçoamento do Recopi e a isonomia na cobrança do PIS e da COFINS. O mais antigo e também o mais urgente é a revisão do Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune (Recopi), que depende apenas da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) para ser resolvido.

Há dois anos a Andipa apresentou à Sefaz-SP uma proposta de mudança para corrigir distorções no Sistema Recopi, que provocam insegurança jurídica por responsabilizar retroativamente o fornecedor do papel imune, em caso de suposto desvio de finalidade cometido pelo comprador do produto. Após longa negociação com a Secretaria, a alteração foi condicionada ao apoio das entidades representativas dos demais segmentos da cadeia do papel.

A reunião realizada em maio passado selou a última manifestação favorável à alteração. Conforme relatado à diretoria da Andipa, na ocasião, representantes dos fabricantes nacionais de papéis e técnicos da Secretaria da Fazenda discutiram o assunto e ouviram, um do outro, que não há objeções para a implantação da proposta. “Agora esperamos a imediata publicação de nova norma para o Recopi”, afirmou o presidente executivo da

Andipa, Vicente Amato Sobrinho, ressaltando que a situação chegou ao limite da insegurança jurídica e já compromete a atividade econômica.

Na esfera federal, as entidades aguardam a definição de agenda com a Secretaria da Receita Federal (SRF) para defender a equiparação das alíquotas do PIS e da COFINS de forma que todos os papéis com imunidade tenham a mesma condição tributária. Hoje, as alíquotas de PIS e COFINS sobre o papel variam conforme sua destinação e origem. Se o papel for utilizado na impressão de periódicos, será aplicado o percentual de 4%, que corresponde à soma das duas contribuições. Quando o papel é utilizado para produção de livro ou jornal deve ser taxado a 9,25%, ou a 11,75% se o produto for importado.

Em maio, os presidentes executivos da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional), da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (Andipa) e da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) assinaram um ofício ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, expondo a situação e pedindo que a redução de alíquota do PIS e da COFINS seja estendida também ao papel destinado à impressão de livros e jornais, concedendo assim o mesmo tratamento dado ao papel utilizado na produção de periódicos.

Combate ao desvio do papel imune foi um dos temas do Copagrem em junho

A pauta plenária do Comitê da Cadeia Produtiva do Papel, Gráfica e Embalagem (Copagrem) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizada no dia 13 de junho, incluiu o combate ao desvio de finalidade do papel imune. Além de tratar das ações de fiscalização e controle, o grupo foi atualizado sobre o andamento da proposta de revisão e aperfeiçoamento do Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune (Recopi), apresentada pela Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (Andipa) à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

“O Recopi precisa ser instrumento de prevenção ao desvio do papel imune e não de correção”, afirmou o presidente executivo da Andipa, Vicente Amato Sobrinho, que representa o segmento de distribuição no Comitê. Amato reforçou que as mudanças propostas têm o objetivo de dar segurança jurídica às operações com papel imune, afastando o risco

de autuações indevidas dos fornecedores. Falando do apoio das demais entidades setoriais, ele enfatizou a necessidade de acelerar a solução do assunto, que vem sendo arrastado há dois anos.

A reunião também contou com a presença de especialistas da própria Federação e convidados que explanaram sobre a tributação e o ambiente de negócios no setor; valorização das entidades por meio de projetos subsidiados aos associados; e do cenário econômico atual e projeção para os próximos anos. Também foram avaliadas as prioridades e pleitos do Copagrem em 2019.

Ainda na ocasião, o diretor titular do Comitê, Levi Ceregato, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo (Sindigraf-SP), entregou uma condecoração ao presidente da Fiesp e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Paulo Skaf, por sua atuação em prol da indústria paulista.

FIESP



Membros do Copagrem e participantes da reunião de junho, com o presidente da Fiesp, Paulo Skaf (no centro)

Andipa cobra lista pública dos registros especiais de papel imune

A Secretaria da Receita Federal recebeu um pedido formal da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (Andipa) para a divulgação da relação das empresas que têm Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regipi) ativo e, portanto, estão aptas a operar com papel imune. A correspondência, datada de 22 de maio, ressalta que a publicação está prevista nos incisos 1º e 2º do art. 5º da Instrução Normativa nº 1.817, de 20/07/2018, que dispõe sobre o Registro Especial de Controle de Papel Imune de que tratam os arts. 1º e 2º da Lei nº 11.945, de 04/06/2009.

No documento, a Andipa reitera que a nova norma foi bem-vinda por reforçar as ações para o combate ao desvio de finalidade do papel imune, oferecendo aos fornecedores a necessária segurança para operar através dos sistemas de controle.

O papel imune é um dos itens prioritários de fiscalização no plano anual de atuação da Receita Federal, desde 2017. As ações já permitiram uma depu-

ração do cadastro de registro especial, com o cancelamento de mais de 1.600 inscrições. Em vista dos cancelamentos e inclusões, a Andipa considera extremamente importante que a Receita Federal divulgue, de forma clara e precisa, a relação dos detentores de registros válidos para operar com papel imune, de todas as categorias - fabricantes, distribuidores, importadores, empresas jornalísticas, editoras e gráficas.

Hoje, as movimentações relativas ao Regipi são publicadas no Diário Oficial da União, na data da decisão, cabendo aos interessados buscar as informações diariamente. De maneira extraoficial, a Andipa faz o acompanhamento diário das publicações e repassa aos seus associados as informações de concessão ou cancelamento de registros. No entanto, o ideal é que os dados atualizados do Sistema Gerencial Papel Imune (GPI) estejam disponíveis para consulta no site da Receita Federal, como estabelece a instrução Normativa nº 1.817.

Livro em papel tem evento em SP

Com o tema “O desafio criativo do livro. Inovações, oportunidades e resultados”, o Encontro Papel 2019 foi realizado no dia 26 de junho, em São Paulo. O evento discutiu como novas possibilidades tendem a dinamizar o mercado, criando condições para publicações diferenciadas, inclusive quanto as tiragens e os formatos.

A programação de cinco horas incluiu quatro palestras de especialistas no mercado e interação com o

público, composto por gráficos, editores, autores em geral, fornecedores de papel, produtores de livros, designers, estudantes e outros profissionais interessados no desempenho do setor de livros.

Promovido pela Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica (ABTG), em parceria com a Two Sides e GMartin Comunicação e Marketing, o evento teve o apoio institucional da Andipa e do Sinapel, juntamente com outras empresas e entidades setoriais.

Distribuição prestigia evento gráfico com recorde de público

Um seleto grupo de 560 pessoas, entre empresários, líderes e profissionais de todo o Brasil, participou do 17º Congresso Brasileiro da Indústria Gráfica – CONGRAF, realizado em maio, em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. As entidades do segmento de distribuição de papel – Andipa e Sinapel – deram apoio institucional ao evento, que é considerado um dos mais prestigiados do setor.

Com o tema “Pensar e Fazer Diferente”, a programação contou com nomes como Michael Makin, presidente e CEO da Printing Industries of America, João Scandiuzzi, estrategista do BTG Pactual, e Arthur Igreja, empresário e cofundador da AAA Plataforma de Inovação. Os participantes foram instigados pela proposta de crescer e inovar em suas empresas, através das palestras que trataram de assuntos como vendas, gestão, tendências e inovações dos mercados nacional e internacional.

Levi Ceregato, presidente da diretoria executiva da Abigraf Nacional, destacou a importância de levar conhecimento, inovações e informações úteis aos empresários e aos seus negócios. O presidente da Abigraf-RS e do Sindigraf-RS, Angelo Garbarski, destacou que a evolução na indústria gráfica é

muito rápida. “É preciso inovar com conhecimento. Temos que estar sempre atualizados, seja através de cursos ou atividades como esta. Temos oportunidade de trocar experiências e fazer novos negócios em prol do conhecimento do setor gráfico brasileiro”, disse ele na abertura do evento.

Além das palestras, os participantes puderam visitar os diversos estandes de exposição das marcas parceiras do congresso. A abertura da cerimônia contou com a participação do gaúcho Thomas Machado, vencedor do The Voice Kids 2017, que interpretou o Hino Nacional brasileiro, emocionando o público presente. O intervalo da programação ficou marcado por um show de boleadeiras, que trouxe a identidade gaúcha ao evento.

Realizado e organizado pela Associação Brasileira da Indústria Gráfica – Abigraf Nacional – em conjunto com a Abigraf Regional do Rio Grande do Sul, o congresso voltou ao Rio Grande do Sul após 23 anos, e aconteceu na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – Fiergs. A próxima edição do Congraf deverá acontecer em 2022, em Santa Catarina.

O presidente executivo da Associação Nacional dos Distribuidores de Papel (Andipa), Vicente Amato Sobrinho, acompanhou a programação ao lado da diretora tesoureira do Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo (Sinapel), Joana D’Arc Herrera Pain.



ABIGRAF / CONGRAF

Embalagens Renovadas

Sam Upton

Em 20 de março, a Starbucks anunciou investimento de US\$ 10 milhões como patrocínio para empresas e empreendedores que os ajudem a criar uma xícara que possa ser reciclada. Hoje a rede descarta a maioria das quatro bilhões de xícaras utilizadas todos os anos.

Starbucks é apenas uma entre as muitas marcas internacionais que desejam avançar para embalagens mais sustentáveis. O McDonald's planeja eliminar todos os canudos plásticos de seus restaurantes no Reino Unido, enquanto a Coca-Cola prometeu se empenhar na reciclagem de garrafas e latas.

A rede de supermercados Iceland prometeu eliminar todas as embalagens plásticas descartáveis dos produtos de marca própria até 2023. “Nós temos várias empresas de embalagens alinhadas para nos oferecer inovações”, diz Ian Schofield, gerente de Marca Própria e Embalagem. Algumas soluções têm o papel como matéria-prima, mas algumas são empresas de plástico com alternativas sustentáveis.

Apoio do público para mudança

Em uma pesquisa da Kantar World Panel, com 5.000 consumidores no Reino Unido, quase 25% expressaram “extrema preocupação” com embalagens plásticas no comércio, enquanto 42% acreditam que fabricantes de alimentos e bebidas devem ter como prioridade tornar todas as suas embalagens recicláveis.

Uma pesquisa desenvolvida para a Iceland revelou que 80% dos entrevistados endossariam o movimento da rede no sentido da eliminação do plástico.

O entusiasmo da Iceland foi seguido pela Tesco, Sainsbury, Morrisons, Aldi, Lidl e Waitrose. Todos assinaram um compromisso intitulado “Pacto do Plástico no Reino Unido” - em que membros pretendem reutilizar, reciclar ou compostar todas as embalagens plásticas até 2025.

Uma oportunidade para o papel

Um sucessor natural dos plásticos não descartáveis parece ser o papel e o papelão. “A embalagem de papel é a opção sustentável, renovável e reciclável para os nossos clientes e é cada vez mais usada como um instrumento-chave de merchandising em todos os setores”, diz Tony Smurfit, presidente do grupo Smurfit Kappa, um dos líderes em embalagens no mundo.

O papel e o papelão estão entre os materiais mais reciclados no mundo. No início deste ano, a Two Sides publicou os resultados de uma pesquisa sobre a percepção do consumidor com relação às embalagens, constatando que 78% gostam de embalagens em papel e papelão porque são biodegradáveis, enquanto 64% gostam porque são feitas de fibra de celulose renovável.

“Há uma pressão crescente sobre as empresas para serem mais sustentáveis e isso tem um efeito transformador na indústria de embalagens”, diz Steven Stoer, vice-presidente de desenvolvimento do Grupo Smurfit Kappa. “A embalagem de papel proporciona muitos benefícios, desde proteger os produtos e evitar o desperdício, até otimização logística na cadeia de suprimentos. E o mais importante: é 100% reciclável e causa o menor impacto ao meio ambiente.”

Novas descobertas

Com a força da opinião pública e a intensificação dos esforços no desenvolvimento de novas soluções de embalagem, não demorará muito até que uma resposta sustentável seja encontrada. E com uma taxa de reciclagem tão alta, é muito provável que o papel e o papelão desempenhem um papel vital nesse trabalho.

No momento, as pesquisas têm produzido alguns resultados notáveis e descobertas surpreendentes. Ao substituir as bandejas de plástico descartável por celulose, para alguns de seus alimentos refrigerados, a Iceland descobriu que houve aumento da vida útil dos produtos.

Tradução e adaptação de artigo publicado no boletim The Page nº 7, produzido pela Two Sides Reino Unido.

IMPRIMIR E ESCREVER

Produção tem discreta alta, mas mercado de I&E mantém saldo negativo no ano

Os números do mercado de papéis para imprimir e escrever (I&E) referentes aos quatro primeiros meses deste ano foram menores do que os apurados no mesmo período de 2018. Os resultados negativos persistem, mas a produção nacional apresentou crescimento modesto nos meses de março e abril. Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a produção de março aumentou em duas toneladas e a de abril em uma tonelada, conforme publicado pela Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), associação que reúne a cadeia produtiva de árvores plantadas, a qual pertence o papel.

O resultado positivo da produção destes papéis nos dois meses fez diminuir a queda acumulada no ano, que no primeiro quadrimestre somou 803 mil toneladas, contra 809 mil toneladas da parcial de 2018.

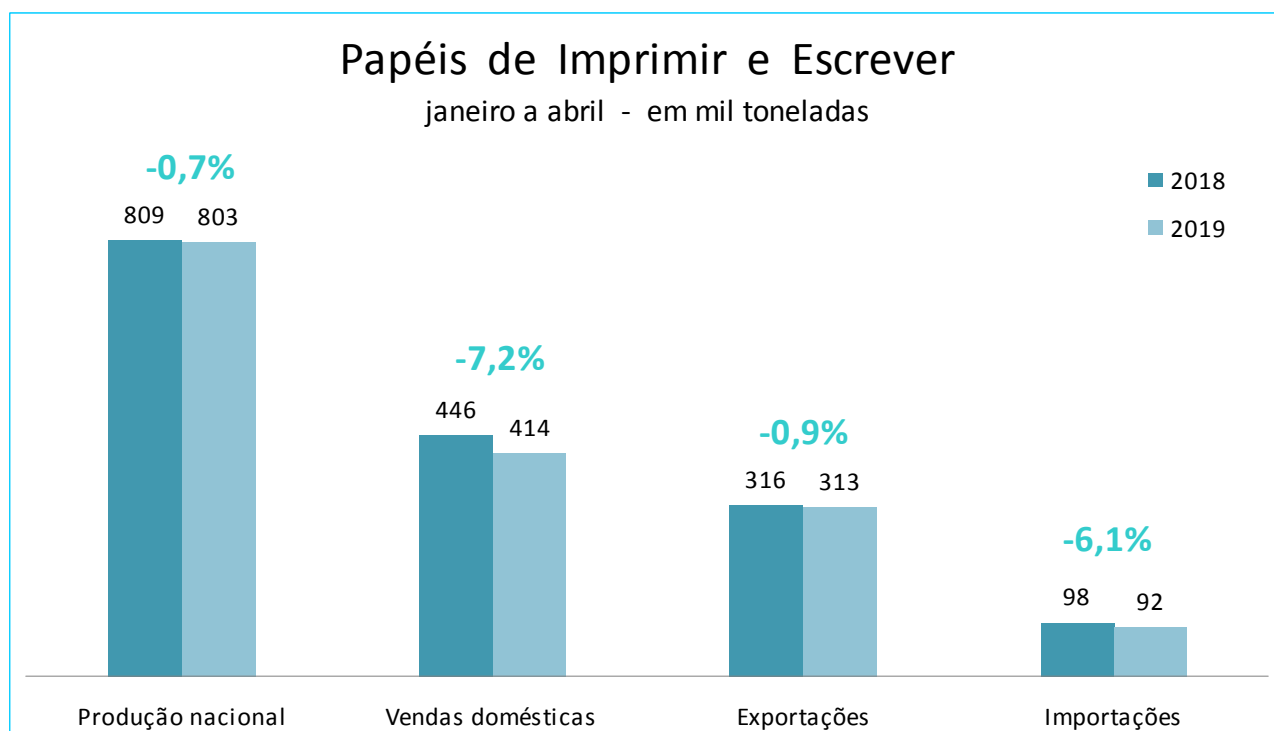
As vendas domésticas de I&E registraram sucessivos recuos nos quatro primeiros meses de 2019, somando 414 mil toneladas, 7,2% menos do que as 446 mil toneladas registradas no mesmo período do ano passado.

Em abril deste ano, tanto as exportações quanto as importações tiveram volumes maiores no comparativo mensal, desempenhos insuficientes para reverter o saldo negativo do ano. Nos primeiros quatro meses de 2019, as exportações destes papéis totalizaram 313 mil toneladas, redução de 0,9% ante as 316 mil toneladas do mesmo período de 2018. Já nas importações, o acumulado até abril deste ano totalizou 92 mil toneladas contra as 98 mil toneladas para o mesmo período do ano anterior.

Os dados do mercado de papel passaram a ser divulgados no novo boletim estatístico mensal da Indústria Brasileira de Árvores, chamado Dados Papel. A publicação traz os números do mês e o saldo anual acumulado, bem como seus correspondentes no ano anterior, referentes à produção, às vendas domésticas, exportações e importações de cada segmento do mercado de papel – embalagem, imprimir e escrever, imprensa, fins sanitários, papel cartão e outros.

Conforme a edição número 02 do novo informativo, com dados do mês de abril de 2019, os segmentos de sanitários e cartão tiveram saldo positivo na produção, venda interna e exportação quando comparados ao mesmo mês do ano anterior. Dos papéis importados, todos os segmentos tiveram volumes menores neste ano. No geral, nos quatro meses de 2019 as importações somaram 221 mil toneladas, 12% menos do que as 251 mil toneladas internalizadas de janeiro a abril de 2018.

Na publicação também constam uma tabela com a evolução mensal da produção brasileira de papel e a informação do consumo aparente de papel, que é calculado pela soma da produção com a importação, descontada a exportação. Com base nos dados até abril, o consumo aparente de todos os tipos de papéis no Brasil cresceu 2% no comparativo do mês e diminuiu 0,9% quando confrontado com o acumulado do quadrimestre do ano anterior. Reproduzindo o cálculo por segmento, na mesma base comparativa, em 2019, o consumo aparente dos papéis de imprimir e escrever caiu 1,5%.



Fonte: Dados Papel / Ibá - edição 02 - Elaboração: ANDIPA

Estatística geral passa a ser trimestral

O novo informe estatístico mensal da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) trata apenas do segmento de papel. As informações mais completas sobre o desempenho da cadeia produtiva, incluindo a celulose, os painéis de madeira, os papéis e a balança comercial do setor, continuam sendo divulgadas no boletim Cenários Ibá, que passou a ser trimestral.

Nos primeiros três meses deste ano, a produção de celulose diminuiu 7,1% quando comparada ao igual período de 2018, o que corresponde a redução de 376 mil toneladas. Os embarques de celulose para o exterior também foram reduzidos em 2,4% na mesma comparação. Para a Andipa, os números confirmam os anúncios dos produtores de celulose, de reduzir a oferta e os estoques em função da queda da demanda internacional e consequente baixa dos preços internacionais.

Celulose e papel

O mercado brasileiro de papel tem sentido o impacto da combinação entre a queda no mercado internacional de celulose e a variação do dólar, provo-

cando também um movimento de redução de estoques. A economia nacional desaquecida também afeta a demanda de papéis, reforçando a tendência de queda.

Para o presidente do Conselho Diretor da Andipa, Vitor Paulo de Andrade, é fato que os preços do papel estão caindo tanto lá fora quanto aqui, de forma que hoje o preço no mercado interno está mais equiparado ao praticado no comércio internacional. Porém, o presidente ressalta que não se pode dizer qual é o fator que mais afeta o preço, se a queda de consumo ou de estoque, já que a cadeia produtiva do papel é longa e estocadora em todas as etapas.

Se por um lado o preço do papel em baixa é condição comum a todos os agentes no mercado, a prolongada crise econômica brasileira impõem condições adversas e exige mais atenção das empresas do setor. “A questão da inadimplência é altamente preocupante”, disse Andrade, observando que alguns segmentos da indústria gráfica têm enfrentado mais problemas do que outros.

Cuchê e MWC são destaques na importação até maio

As importações de papéis cuchê e MWC entre janeiro e maio deste ano cresceram em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os dois itens estão entre os principais produtos importados pelos distribuidores e fazem parte da cesta de papéis acompanhada pelo NewsPaper, junto ao portal de estatísticas de comércio exterior do Brasil, o Comex Stat. Considerando o desempenho em cada Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) dos sete subgrupos pesquisados, na parcial dos cinco meses deste ano, as entradas de papéis ofsete, LWC, jornal e cartão tiveram importações menores em relação ao ano passado. Já as importações de *cut size* permaneceram estáveis, com 8 mil toneladas nos cinco primeiros meses.

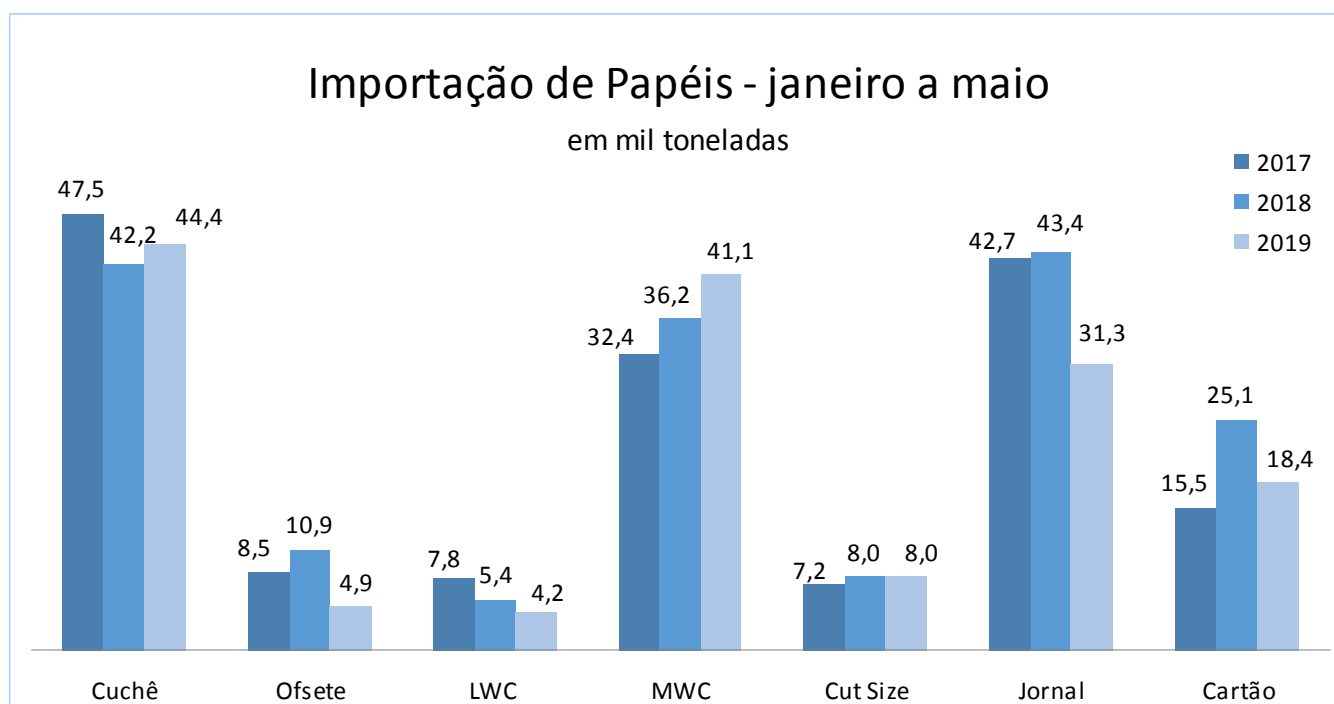
Os desembarques nas quatro NCMs que compõem o item cuchê somaram 44,4 mil toneladas até maio deste ano, o equivalente a alta de 5% sobre as 42,2 mil toneladas dos primeiros cinco meses de 2018, conforme registrado pelo portal da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). Já as entradas de MWC em 2019 somaram 41,1 mil toneladas, um crescimento de 13,5% ante as 36,2 mil toneladas do mesmo período do ano passado.

Percentualmente, a maior retração apurada nas importações até maio foi registrada no grupo dos papéis ofsete, em bobinas e em folhas com alta e baixa gramaturas, que somou 4,9 mil toneladas em 2019, menos da metade das 10,9 mil toneladas recebidas no período equivalente um ano antes.

Com condições atípicas de mercado no ano passado, as importações de jornal – também chamado de papel imprensa – voltaram a cair neste ano. Pelos dados oficiais foram internalizadas 31,3 mil toneladas de jornal em 2019, 27,9% menos que as 43,4 mil toneladas registradas anteriormente. Entre janeiro e maio de 2017, entraram no País 42,7 mil toneladas de papel jornal.

Segundo dados do Comex Stat, até maio deste ano a importação de cartão somou 18,4 mil toneladas, queda de 26,7% sobre as 25,1 mil toneladas apontadas na mesma parcial do ano passado.

Nos desembarques de LWC a queda foi de 22,2%, quando confrontados os dados dos cinco meses nos dois anos. O portal do comércio exterior registrou 4,2 mil toneladas de LWC em 2019, contra 5,4 mil toneladas em 2018.



Fonte: Comex Stat / MDIC

Elaboração: ANDIPA

DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS



ENTIDADE MEMBRO DA



www.twosides.org.br